



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**CARTA CONTRATO Nº 25/2020**

**CARTA-CONTRATO N. 25/2020**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 0002923-73.2019.6.22.8000**

**CARTA-CONTRATO QUE CELEBRAM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR MEIO DO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE  
RONDÔNIA, E A EMPRESA DESTAK  
TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME,  
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE  
FRETAMENTO DE ÔNIBUS  
RODOVIÁRIO, TIPO CONVENCIONAL.**

**CONTRATANTE:** A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00.

**CONTRATADA:** Empresa **DESTAK TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o n. 17.983.124/0001-37, com sede na Avenida Diamantes, n. 742, Bairro Parque das Gemas, CEP: 76.875-896, Município de Ariquemes, Estado de Rondônia, Telefone(s): (69) 3536-0080 E 99978-8979, E-mail(s): [contato@voedestak.com.br](mailto:contato@voedestak.com.br), neste ato representada pelo Senhor **EMERSON LUIZ PEREIRA DE JESUS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n. 29.862.557/SSP-SP e CPF n. 268.984.618-77.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e Resolução TSE n. 23.234/2010, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**FUNDAMENTO LEGAL:** Contratação direta por Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93 e Cotação de Preços n. 07/2020/SLC.

**Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação:** DESPACHO Nº 1764/2020 - PRES/DG/GABDG, de 26/10/2020.

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Esta Carta-Contrato tem por objeto a contratação emergencial de empresa especializada, devidamente registrada e autorizada pelo Poder Concedente, em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Rondônia, por meio de veículo tipo ônibus de passageiros, objetivando o transporte, de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado, de Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2020.

**Subcláusula Primeira** – A execução dos serviços ora contratados deverá obedecer aos itinerários e ao cronograma de viagens, conforme tabela abaixo de localidades e quantidades de policiais militares:

<b>ITEM 01</b>	02 (DOIS) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Ji-Paraná e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	14 a 16/11/2020
<b>KM TOTAL:</b>	748 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	35 Pessoas

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>ITEM 02</b>	01 (UM) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ São Miguel do Guaporé e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	14 a 16/11/2020
<b>KM TOTAL:</b>	496 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	10 Pessoas

<b>ITEM 03</b>	01 (UM) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Rolim de Moura e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	14 a 16/11/2020
<b>KM TOTAL:</b>	482 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	15 Pessoas

<b>ITEM 04</b>	01 (UM) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Jaru e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	14 a 16/11/2020
<b>KM TOTAL:</b>	292 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	20 Pessoas

**Subcláusula Segunda** – A partir da assinatura desta carta-contrato a CONTRATADA declara e ratifica que foram atendidos e que serão mantidos regulares os requisitos, as condições e as habilitações, bem como



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

as obrigações preliminares indicadas no item 8.4 do Projeto Básico respectivo.

**Subcláusula Terceira** – Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico respectivo, a proposta da CONTRATADA, e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação.

### **DA DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Os veículos devem ter a especificações mínimas abaixo:

**Subcláusula Primeira** - Locação de 05 (cinco) veículos - tipo ônibus rodoviário convencional, com capacidade mínima de 40 (quarenta) lugares, com ar condicionado, poltronas reclináveis, apoio para braços e pés, cinto de segurança em cada um dos assentos, bagageiro, padrão rodoviário, em perfeito estado de uso e conservação, toalete pressurizado com isolamento acústico, guarnecido com frigobar abastecido com água mineral tipo copo ou, na ausência desse equipamento, com fornecimento de água mineral gelada. O veículo deverá conter todos os acessórios de identificação, segurança e sinalização de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e conter todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Veículo com motorista devidamente habilitado e documentação regularizada por órgão competente para o transporte rodoviário intermunicipal no Estado de Rondônia, abastecido e com cobertura de seguro para os passageiros a serem transportados.

**Subcláusula Segunda** - Os veículos a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar limpos tanto interna quanto externamente, devendo ainda ser apresentada a documentação regular e válida prevista no projeto básico e nesta Carta-Contrato.

**Subcláusula Terceira** - Em todas as viagens, a CONTRATADA deverá fornecer o combustível necessário ao fiel cumprimento de cada itinerário especificado.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Quarta** - A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços especificados no projeto básico e nesta Carta-Contrato, tais como: combustíveis e lubrificantes, despesas com abastecimento, salários, diárias e estadia dos motoristas, taxas de estacionamento, limpeza de veículos, seguros de responsabilidade civil, sinistros e outros.

**Subcláusula Quinta** - A CONTRATADA deverá garantir o socorro imediato, em caso de quebras ou acidentes com os veículos em viagem.

**Subcláusula Sexta** - Nas hipóteses de avarias ou qualquer outra situação que impeça o veículo fretado de trafegar, a CONTRATADA deverá substituir o veículo por outro em perfeitas condições de trafegabilidade e obedecidas as idênticas especificações estabelecidas nesta Carta-Contrato.

## **DOS MOTORISTAS**

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Os motoristas deverão possuir habilitação adequada e regular para a condução dos veículos locados, devendo apresentarem-se devidamente uniformizados e identificados com crachá funcional ou equivalente.

**Subcláusula Primeira** - A CONTRATADA deverá garantir a seus motoristas o descanso mínimo de 11 (onze) horas antes de iniciar o itinerário, em cumprimento ao art. 235-C da CLT.

**Subcláusula Segunda** - Quando o trajeto tiver duração estimada superior a 04 (quatro) horas, a CONTRATADA deverá disponibilizar mais um motorista por itinerário, perfazendo dois motoristas, para que o motorista usufrua do descanso de 30 (trinta) minutos exigido pelo art. 235-D da CLT.

**Subcláusula Terceira** - A CONTRATADA deverá substituir imediatamente o motorista em caso de ausência ou outros motivos que impossibilite o seu trabalho de condução do veículo.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DOS ITINERÁRIOS A SEREM CUMPRIDOS**

**CLÁUSULA QUARTA** - A CONTRATADA deverá atentar para os itinerários e cronograma de saídas e chegadas, em especial:

1. A saída do veículo especificado nos itens 01, 02, 03 e 04 do objeto ora contratado ocorrerá no dia 14/11/2020, pontualmente às 8 horas da manhã, do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, situado na Av. Tiradentes, n. 3360, bairro Embratel, no município de Porto Velho/RO, observando que:

a) Em cada itinerário de ida ocorrerão paradas nos quartéis da Polícia Militar nas cidades indicadas como ponto de destino, com a finalidade de desembarcar os policiais militares daquela cidade, bem como os materiais necessários;

b) No itinerário da volta será realizado o caminho inverso e ocorrerá a mesma sistemática de paradas nos quartéis da Polícia Militar;

c) Nos retornos de cada itinerário, os veículos deverão estar pontualmente às 08 horas da manhã do dia 16/11/2020, sempre nos Quartéis da Polícia Militar do município final de linha;

d) Os endereços dos Quartéis da Polícia Militar dos municípios de destino devem ser obtidos com os policiais militares que serão transportados.

3. A quilometragem total indicada em cada itinerário é estimativa. A empresa deverá considerar em sua proposta financeira os custos com eventuais mudanças de rotas ou quilometragens realizadas acima do previsto. No entanto, não serão ultrapassados os dias de locação definidos neste instrumento.

4. Não ocorrerão deslocamentos adicionais dentro das cidades de origem ou destino, apenas o necessário para o embarque e desembarque nos quartéis da Polícia Militar.

**DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA QUINTA** – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, o qual requisitará os serviços a serem realizados.

**DA VIGÊNCIA**

**(Artigo 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** – Esta Carta-Contrato terá vigência a contar de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO até o dia 16 de novembro de 2020, acrescido do prazo adicional de 60 (sessenta) dias necessário para finalização das medidas de fiscalização, pagamento e encerramento desta contratação.

**Subcláusula Única** – O prazo de execução dos serviços obedecerá ao cronograma informado no item 2.6 do Projeto Básico respectivo e na Cláusula Primeira desta Carta-Contrato.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O valor estimado desta Carta-Contrato é de **R\$ 33.579,52** (trinta e três mil quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), conforme proposta da CONTRATADA.

**Subcláusula Primeira** - O valor desta Carta-Contrato é estimativo, não obrigando o CONTRATANTE a requisitar o seu equivalente em serviços durante a vigência do ajuste.

**Subcláusula Segunda:** As despesas com a execução do presente Carta-Contrato correrão à conta do PROGRAMA DE TRABALHO nº 02061003342690001 e ELEMENTO DE DESPESA nº 33.90.33-03, constantes no orçamento da Justiça Eleitoral, Notas de Empenho nº 2020NE000952, de 27/10/2020 e nº 2020NE001017, de 04/11/2020.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
<b>CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)</b>	Pleito Eleitoral
<b>AGREGADOR</b>	Reforço da segurança no interior (COSE)
<b>DESPESA AGREGADA</b>	Adicional de locação de veículos
<b>PLANO INTERNO</b>	FUN LOCVEI

**DO PAGAMENTO**

**(Art. 55, III, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA OITAVA** - Os pagamentos à CONTRATADA serão efetuados, aplicadas as retenções legais, após o retorno de cada viagem, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil, devendo a Fatura/Nota Fiscal estar devidamente atestada pela Comissão de Segurança das Eleições – COSE.

**Subcláusula Primeira** – Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar regular perante o FGTS, o INSS, à FAZENDA FEDERAL, e à JUSTIÇA DO TRABALHO.

**Subcláusula Segunda** - Caso o CONTRATANTE identifique alguma divergência ou pendência que impeça o pagamento, notificará a CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir da regularização da pendência ou divergência.

**Subcláusula Terceira** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Quarta** - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

**Subcláusula Quinta** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**Subcláusula Sexta** - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada neste instrumento contratual.

**Subcláusula Sétima** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o CONTRATANTE não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%.

**Subcláusula Oitava** - A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA GARANTIA CONTRATUAL**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA NONA** – Para assegurar a plena execução do contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar GARANTIA correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento contratual, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666/93, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

**Subcláusula Primeira** – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro garantia;

III - fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

**Subcláusula Segunda** – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA;

**Subcláusula Terceira** – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Quarta** - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

**Subcláusula Quinta** – A não apresentação injustificada da garantia no prazo acima poderá implicar na rescisão contratual e a consequente aplicação de penalidades à contratada.

**Subcláusula Sexta**– A garantia será considerada extinta:

a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**Subcláusula Sétima** – A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as obrigações oriundas desta contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o fim da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para seu pagamento diretamente pela Administração.

**Subcláusula Oitava** – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

**DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 67 da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A gestão e fiscalização desta contratação será exercida pela titular da Coordenadoria de Segurança das Eleições – COSE, ou por seu substituto, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008 e em suas alterações.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Única** - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a execução desta contratação não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

**DA VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Pelas características dos serviços que apenas poderão ser prestados pelos responsáveis pelas empresas que possuem Certificado de registro válido e regular da empresa pelo Poder Concedente, expedido pela Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia (AGERO) ou pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER/RO), fica vedada a subcontratação parcial ou total dos serviços objeto desta contratação (art. 89 da IN TRE/RO nº 04/2008).

**Subcláusula Única** – A vedação de subcontratação não impede o arrendamento de veículos de propriedade de terceiros, devidamente comprovado por contrato e sancionado pelo Poder Concedente. Esse vínculo não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais e/ou contratuais decorrentes do contrato.

**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – São obrigações do CONTRATANTE:

I - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;

II - Exigir e conferir todos os documentos listados nas OBRIGAÇÕES PRELIMINARES da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a CONTRATADA para que os apresente na forma especificada no contrato, sob pena de não autorizar a prestação dos serviços, sem prejuízo da rescisão do contrato e aplicação das penalidades legais e contratuais;

III - Reunir-se com a CONTRATADA, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Encaminhar à CONTRATADA, em tempo hábil para a obtenção da autorização de viagens junto ao Poder Concedente, lista contendo o nome e o número do Cadastro de Pessoa Física - CPF de cada um dos passageiros que serão transportados nas respectivas viagens;

V - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

VI - Notificar a CONTRATADA para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos serviços em desacordo com as regras deste contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

VII - Rejeitar, através do fiscal desta carta-contrato, os serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas neste instrumento;

VIII - Receber os serviços, através do fiscal desta carta-contrato, em caráter definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido neste instrumento, no prazo previsto no cronograma, certificando as notas Fiscais pela prestação dos serviços;

IX - Realizar o pagamento pelos serviços prestados de forma regular;

X - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

XI - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, conforme estipulado neste instrumento;

XII - Cumprir e fazer cumprir todas as condições estabelecidas neste instrumento, bem como na legislação correlata;

XIII - Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, notificando-a quando da constatação de qualquer pendência;

XIV - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;

XV - Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos; e

XVI - Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual e em seus anexos.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – São obrigações da CONTRATADA:**

I - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos, encargos e condições estabelecidas no instrumento de contrato, na Cotação de Preços e seus anexos e na proposta apresentada;

II - Participar de reuniões presenciais com a Administração CONTRATANTE ou responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução dos serviços;

III - Apresentar todos os documentos e comprovações previstos neste contrato e na legislação aplicável aos serviços;

IV - Apresentar os veículos utilizados na execução dos serviços devidamente limpos, tanto a parte externa quanto interna;

V - Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços, tais como: combustíveis e lubrificantes, despesas com abastecimento, salários, diárias e estadia dos motoristas, taxas de estacionamento, limpeza de veículos, seguros de responsabilidade civil, sinistros e outros;

VI - Dimensionar e manter equipe suficiente de motoristas regularmente habilitados para a execução dos serviços objetivando o cumprimento rigoroso dos prazos previstos no contrato, zelando para não gerar qualquer prejuízo à perfeita prestação dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados;

VII - Em caso de substituição de qualquer um dos profissionais inicialmente indicados, comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, fornecendo as informações do motorista substituto que deverá atender, no mínimo, os requisitos definidos nesta carta-contrato;

VII - Substituir imediatamente o motorista já escalado para condução dos veículos, em caso de ausência ou outros problemas que impossibilite o seu trabalho de condução do veículo no **prazo máximo de 02 (duas) horas**;

VIII - Garantir a seus motoristas o descanso mínimo de 11 horas antes de iniciar o itinerário, em cumprimento ao art. 235-C da CLT e, quando o trajeto tiver duração estimada superior a 04 (quatro) horas, disponibilizar



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mais um motorista por itinerário, perfazendo 02 (dois) motoristas, para que o motorista usufrua do descanso de 30 (trinta) minutos exigido pelo art. 235-D da CLT;

IX - Garantir o socorro imediato, em caso de quebras ou acidentes com os veículos em viagem, fazendo a devida substituição do veículo contratado, por outro que atenda as especificações, em situações em que o mesmo não estiver em condições de trafegar, **no prazo máximo de 02 (duas) horas;**

X - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;

XI - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, salvo a possibilidade de utilização de veículos arrendados, na forma permitida por este contrato;

XII - Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do contrato (Art. 70 da Lei nº 8.666/93), não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos serviços;

XIII - Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as taxas, despesas e emolumentos e demais exigências de órgãos competentes para a prestação dos serviços, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes;

XIV - Apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua regularidade fiscal, regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

XV - Comunicar ao representante do CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

XVI - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor estimado do contrato, na forma do artigo 65, § 1º e 2º, da Lei 8.666/93, observado o que segue:

a) Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiteradas decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário);





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XVII - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações solicitadas;

XVIII - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência – após a assinatura do contrato - de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

XIX - Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável aos serviços objeto desta contratação;

XX - Emitir e encaminhar à contratada nota fiscal dos serviços prestados, nos moldes contratados;

XXI - Informar imediatamente ao TRE-RO a ocorrência de qualquer problema que venha ocasionar a indisponibilidade do objeto desta contratação, ou qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução deste instrumento, para adoção das medidas cabíveis;

XXII - Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

a) os pedidos de prorrogação de prazo deverão apresentar a devida justificada e ser dirigidos à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal deste instrumento, decidir acerca desses pedidos; e

b) somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para a entrega e a substituição do serviço, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

XXIII - Substituir, reparar/corrigir/refazer às suas expensas, no prazo determinado pelo gestor da contratação, contados de sua notificação, os serviços em desacordo com as especificações exigidas e/ou contendo falhas, imperfeições ou irregularidades; e

XXIV - Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

## **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Pelo eventual descumprimento dos prazos e condições previstas neste Contrato, no Edital e seus anexos e na proposta, a CONTRATADA se sujeita à aplicação das penalidades ora previstas.

**Subcláusula Primeira** – O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura deste contrato, sujeita a contratada à multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, na forma seguinte:

**I** - Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 15 (quinze) dias anteriores ao início da execução dos serviços para apresentar os documentos listados no item 8.4.1, II, do projeto básico respectivo:

- a) Até 2 (dois) dias de atraso: multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, desde que não prejudique o cronograma definido para as viagens;
- b) De 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso: multa 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, desde que não prejudique o cronograma definido para as viagens;
- c) De 5 (cinco) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado, desde que não prejudique o cronograma definido para as viagens;
- d) Atrasos superiores a 10 (dez) dias ou aqueles que, independentemente do tempo prejudique o cronograma definido para as viagens: multa de 30% (trinta por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**II** - Descumprir, de forma injustificada, os horários definidos para os inícios das viagens de ida e retorno previstos no item 2.6 do projeto básico respectivo:

- a) Até 1 (uma) hora: multa de multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- b) Atraso superior a 1 (uma) até 3 (três) horas: multa de multa 10% (dez por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- c) Atraso superior a 3 (três) horas: multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) Atraso superior a 4 (quatro) horas: multa de 30% (trinta por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**III -** Descumprir, de forma injustificada, os prazos máximos de 02 (duas) horas para substituir motoristas, prestar socorro imediato em caso de quebras ou acidentes com os veículos em viagem ou fazer a devida substituição do veículo contratado por outro que atenda as especificações:

a) Até 1 (uma) hora: multa de multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;

b) Atraso superior a 1 (uma) até 3 (três) horas: multa de multa 10% (dez por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;

c) Atraso superior a 3 (três) horas: multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;

d) Atraso superior a 4 (quatro) horas: multa de 30% (trinta por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**IV -** Descumprir, de forma injustificada, as demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor desta contratação:

a) Primeiro descumprimento: multa de 5% (cinco por cento) apurada sobre o valor do contrato;

b) De 2 (dois) a 4 (quatro) descumprimentos: multa de 10% (dez por cento) apurada sobre o valor do contrato;

d) Mais de 4 (quatro) descumprimentos: multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

**Subcláusula Segunda** - Pela inexecução total ou parcial do objeto desta carta-contrato, o CONTRATANTE poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta da contratada;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**Subcláusula Terceira** – Além dos outros descumprimentos passíveis de sanção, outros descumprimentos injustificados da contratada capazes de prejudicar ou inviabilizar o cumprimento dos horários previstos para o início das viagens, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas neste capítulo.

**Subcláusula Quarta** – Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93 e das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

**Subcláusula Quinta** – O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).

**Subcláusula Sexta** - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no projeto básico.

**Subcláusula Sétima** - As multas e demais sanções previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros.

**Subcláusula Oitava** - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

**Subcláusula Nona** - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

**Subcláusula Décima** - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU nº 567/2015-Plenário).

**Subcláusula Décima Primeira** - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

**Subcláusula Décima Segunda** - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Décima Terceira** - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Décima Quarta** - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Décima Quinta** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

**Subcláusula Décima Sexta** - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

**Subcláusula Décima Sétima** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

**Subcláusula Décima Oitava** - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

**Subcláusula Décima Nona** – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

**Subcláusula Vigésima** - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

### **DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** – A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos respectivos, desde que haja conveniência da Administração CONTRATANTE; e
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATADA, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

### **DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quarta** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Quinta** – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta contratação, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** – Havendo alteração unilateral da contratação que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

### **DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicar-se-ão a Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos), a





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, supletivamente, a Lei 10.406/2002 (Código Civil e a Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

**Subcláusula Única** - Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DO FORO**

**(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta carta-contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 04 de novembro de 2020.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>EMERSON LUIZ PEREIRA DE JESUS</b> Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

---



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **EMERSON LUIZ PEREIRA DE JESUS, Usuário Externo**, em 04/11/2020, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 04/11/2020, às 17:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 04/11/2020, às 17:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 05/11/2020, às 07:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0616532** e o código CRC **842F1358**.

0002923-73.2019.6.22.8000

0616532v1

Criado por 006007062364, versão 1 por 006007062364 em 04/11/2020 14:42:29.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**PROJETO BÁSICO Nº 5/2020 - PRES/DG/COSE**

**PROJETO BÁSICO**

**1 - INTRODUÇÃO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.1 Elabora-se este projeto básico em conformidade ao art. 6º, inciso IX da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e à Instrução Normativa TRE-RO n. 004, de 30 de outubro de 2008, para subsidiar os procedimentos administrativos necessários à **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL** com fundamento no art. 24, IV, da Lei n. 8.666/93.

## **2 – DO OBJETO**

2.1 **Contratação emergencial** de empresa especializada, devidamente registrada e autorizada pelo Poder Concedente, em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Rondônia, por meio de veículo tipo ônibus de passageiros, objetivando o transporte, de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado, de Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2020.

2.2 Conforme itinerários relacionados no quadro abaixo, **serão necessários 05 (cinco) ônibus tipo rodoviário, com capacidade mínima de 40 (quarenta) lugares**, com ar condicionado, poltronas reclináveis, apoio para braços e pés, cinto de segurança em cada um dos assentos, bagageiro, padrão rodoviário, em perfeito estado de uso e conservação, toalete pressurizado com isolamento acústico, guarnecido com frigobar abastecido com água mineral tipo copo ou, na ausência desse equipamento, com fornecimento de água mineral gelada.

2.3 Em razão da pandemia do coronavírus e com o avanço da contaminação, algumas medidas foram tomadas, dentre elas a regra que estabeleceu que *"o transporte coletivo e individual, intermunicipal de passageiros, público ou privado, em todo o território do Estado, seja realizado sem exceder à metade da capacidade de passageiros sentado"*, nos termos Art. 3º, inciso III, alínea "c" do Decreto n. 24.887, de 20 de março de 2020, do Governo do Estado de Rondônia. Em que pese a referida norma ter sido revogada pelo Decreto n. 25.412, de 17 de setembro de 2020, com vistas a preservação da integridade física dos passageiros e como medida para evitar o contágio, esta Coordenadoria entende que a regra deve continuar sendo observada, de forma que um passageiro fique em uma distância segura do outro.

2.4 Os veículos deverão conter todos os acessórios de identificação, segurança e sinalização de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e conter todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelas normas do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**2.5 Todos** os veículos deverão ser disponibilizados **com motoristas devidamente habilitados** e documentação regularizada pelos órgãos competentes para a normatização e fiscalização do transporte rodoviário intermunicipal no Estado de Rondônia, abastecidos e com cobertura de seguro para os passageiros a serem transportados.

**2.6 DA QUANTIDADE DE VEÍCULOS E PERCURSOS DAS VIAGENS:**

<b>ITEM 01</b>	02 (DOIS) VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Ji-Paraná e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	14 a 16/11/2020
<b>KM TOTAL:</b>	748 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	35 Pessoas

<b>ITEM 02</b>	01 (UM) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ São Miguel do Guaporé e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	14 a 16/11/2020
<b>KM TOTAL:</b>	496 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	10 Pessoas

<b>ITEM 03</b>	01 (UM) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Rolim de Moura e Retorno Itinerário Inverso



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>PERÍODO:</b>	14 a 16/11/2020
<b>KM TOTAL:</b>	482 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	15 Pessoas

<b>ITEM 04</b>	01 (UM) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Jaru e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	14 a 16/11/2020
<b>KM TOTAL:</b>	292 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	20 Pessoas

## **2.7 DOS VEÍCULOS:**

2.7.1 Os veículos a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar limpos tanto interna quanto externamente, devendo ainda ser apresentada a documentação regular e válida prevista neste projeto básico.

2.7.2 Em todas as viagens, a Contratada deverá fornecer o combustível necessário ao fiel cumprimento de cada itinerário especificado.

2.7.3 A empresa vencedora deverá arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços especificados neste projeto básico, tais como: combustíveis e lubrificantes, despesas com abastecimento, salários, diárias e estadia dos motoristas, taxas de estacionamento, limpeza de veículos, seguros de responsabilidade civil, sinistros e outros.

2.7.4 A empresa deverá garantir o socorro imediato, em caso de quebras ou acidentes com os veículos em viagem.

2.7.5 Nas hipóteses de avarias ou qualquer outra situação que impeça o veículo fretado de trafegar, a contratada deverá substituir o veículo por outro



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em perfeitas condições de trafegabilidade e obedecidas as idênticas especificações estabelecidas neste projeto básico.

### **2.8 DOS MOTORISTAS:**

2.8.1 Os motoristas deverão possuir habilitação adequada e regular para a condução dos veículos locados, devendo apresentarem-se devidamente uniformizados e identificados com crachá funcional ou equivalente.

2.8.2 A contratada deverá garantir a seus motoristas o descanso mínimo de 11 horas antes de iniciar o itinerário, em cumprimento ao art. 235-C da CLT.

2.8.3 Quando o trajeto tiver duração estimada superior a 04 (quatro) horas, a contratada deverá disponibilizar mais um motorista por itinerário, perfazendo dois motoristas, para que o motorista usufrua do descanso de 30 (trinta) minutos exigido pelo art. 235-D da CLT.

2.8.4 A contratada deverá substituir imediatamente o motorista em caso de ausência ou outros motivos que impossibilite o seu trabalho de condução do veículo.

### **2.9 DOS ITINERÁRIOS A SEREM CUMPRIDOS:**

2.9.1 A saída do veículo especificado nos itens 01, 02, 03 e 04 do objeto deste projeto básico ocorrerá no dia 14/11/2020, pontualmente às 08 horas da manhã, do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, situado na Av. Tiradentes, n. 3360, bairro Embratel, no município de Porto Velho/RO.

2.9.2 Em cada itinerário de ida ocorrerão paradas nos quartéis da Polícia Militar nas cidades indicadas como ponto de destino, com a finalidade de desembarcar os policiais militares daquela cidade, bem como os materiais necessários.

2.9.3 No itinerário da volta será realizado o caminho inverso e ocorrerá a mesma sistemática de paradas nos quartéis da Polícia Militar.

2.9.4 Nos retornos de cada itinerário, os veículos deverão estar pontualmente às 08 horas da manhã do dia 16/11/2020, sempre nos Quartéis da Polícia Militar do município final de linha.

2.9.5 Os endereços dos Quartéis da Polícia Militar dos municípios de destino devem ser obtidos com os policiais militares que serão transportados. A



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

quilometragem total indicada em cada itinerário é estimativa. A empresa deverá considerar em sua proposta financeira os custos com eventuais mudanças de rotas ou quilometragens realizadas acima do previsto. No entanto, não serão ultrapassados os dias de locação definidos neste projeto básico.

2.9.6 Não ocorrerão deslocamentos adicionais dentro das cidades de origem ou destino, apenas o necessário para o embarque e desembarque nos quartéis da Polícia Militar.

### **3 – JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL**

3.1 Conforme consta no evento [0597549](#), a empresa VOA BRASIL VIAGENS E TURISMO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n. 07.671.791/0001-20, que celebrou a Carta Contrato nº 07/2020 ([0535649](#)) com este Tribunal para fornecimento de transporte - por meio de 03 (três) VEÍCULOS - TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL, para o itinerário Porto Velho/Ji-Paraná e Retorno Itinerário Inverso, no período de 03 a 05/10/2020 - informou que não tem interesse em celebrar aditivo contratual, em virtude adiamento das Eleições Municipais 2020 promovido pela Emenda Constitucionais nº 107/2020.

3.2 Alega a empresa que a alteração da data de execução constitui mudança nos termos do contrato originário e, desta forma, dependeria de acordo entre as partes. Informa que a empresa passa por dificuldades financeiras e teve que vender alguns de seus veículos para fazer frente a compromissos financeiros, de modo que sua frota atual não atenderia a demanda contratual. Assim, não tem interesse na assinatura do aditivo proposto.

3.3 Já a empresa DESTAK TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n. 17.983.124/0001-37, assinou o Termo Aditivo à Carta-Contrato nº 08/2020, mantendo integralmente sua frota à disposição, conforme anteriormente pactuado.

3.4 Convém registrar que, a época do planejamento e trâmites iniciais da contratação, não havia situação de pandemia do coronavírus. Após o avanço da contaminação, algumas medidas foram tomadas, dentre elas a regra que estabeleceu que *"o transporte coletivo e individual, intermunicipal de passageiros, público ou privado, em todo o território do Estado, seja realizado sem exceder à metade da capacidade de passageiros sentado"*, nos



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

termos Art. 3º, inciso III, alínea "c" do Decreto nº 24.887, de 20 de março de 2020, do Governo do Estado de Rondônia.

3.5 Em que pese a referida norma ter sido revogada pelo Decreto nº 25.412, de 17 de setembro de 2020, com vistas a preservação da integridade física dos passageiros e como medida para evitar o contágio, esta Coordenadoria entende que a regra deve continuar sendo observada, de forma que um passageiro fique em uma distância segura do outro.

3.6 Conforme o Ofício nº 65960/2020/PM-CPO, a Polícia Militar do Estado de Rondônia destacou um efetivo de 160 (cento e sessenta) policiais da capital Porto Velho para reforçar o policiamento no Pleito Eleitoral 2020 em outras cidades do Estado, como Ji-Paraná, São Miguel do Guaporé, Vilhena, Cacoal, Rolim de Moura, Ariquemes, Jaru e Buritis. Neste contexto, a frota disponibilizada pela empresa DESTAK TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME não será suficiente para o atendimento da demanda.

3.7 Considerando que a empresa VOA BRASIL VIAGENS E TURISMO EIRELI não tem mais interesse na execução do contrato, independentemente de aplicação de penalidades, diante da proximidade da data do pleito que leva à inviabilidade da realização de um novo certame licitatório, esta unidade entende necessária uma contratação emergencial dos veículos indicados no item 2 deste projeto básico, com fundamento no art. 24, IV, da L. 8.666/93, que prevê:

*Art. 24. ... IV - nos casos de **emergência** ou de calamidade pública, **quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial** ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;*

3.8 Como já registrado na contratação originária, nas últimas eleições a Polícia Militar do Estado de Rondônia tem reportado a este Tribunal a necessidade de reforçar o policiamento em algumas cidades do interior do Estado, principalmente em algumas áreas específicas, para a realização das atividades das Eleições. O deslocamento desse efetivo tem sido assumido pela Justiça Eleitoral para garantia da segurança do pleito nas localidades indicadas pela Polícia Militar do Estado de Rondônia. Assim, por certo que a ausência





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do efetivo extra nessas localidades poderá comprometer a segurança das pessoas e do próprio pleito eleitoral de 2020. Registra-se que apenas estão sendo contratados de forma emergencial os serviços necessários ao atendimento da demanda emergencial.

3.9 Por fim, para cumprimento do Parágrafo único do art. 26 da L. 8.666/93, registra-se que a escolha do fornecedor, **indicado no capítulo 5**, se deu de forma impessoal após cotações de preços realizada no mercado - e que também justifica o preço da contratação - a verificação da regularidade mínima para contratar com a Administração Pública e a apresentação de todos os documentos de habilitação técnica exigida neste PB e na cotação de preços.

### **4 - DO ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:**

4.1 Com relação ao planejamento e a objetividade, de observância obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este instrumento leva em consideração as necessidades reais e imediatas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário, conforme abaixo:

**Do Planejamento:** Este Projeto Básico foi elaborado, a fim de que a Administração conheça as necessidades, identifique adequadamente o objeto a ser contratado e efetue a adequada reserva orçamentária.

**Da Objetividade:** A contratação visa dotar a Justiça Eleitoral de Rondônia de meios de transporte adequados à realização dos serviços propostos, prezando sempre, em primeiro lugar, pela segurança, conforto e integridade física de seus funcionários e colaboradores.

4.2 Além disso, a prestação do serviço de fretamento dos veículos, ora pretendido, objetiva o cumprimento de iniciativa estratégica expressa no Plano de Ações Estratégicas deste Tribunal, consistente na implantação do Projeto de Segurança das Eleições 2020, o qual se alinha ao Macrodesafio a saber: "FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL: a manutenção da ordem pública no dia da eleição nos locais de votação com o reforço de policiais militares nos municípios com histórico de ocorrência de crimes eleitorais e perturbação da ordem."

### **5 – DO PREÇO DOS SERVIÇOS**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.1 Por meio da cotação de preços juntadas nos eventos obteve-se os preços registrados na tabela adiante, no valor total de **R\$ 33.579,52** (trinta e três mil quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos):

COTAÇÃO DE PREÇOS					
ITEM	RONDON ( <a href="#">0607258</a> )	DESTAK ( <a href="#">0607251</a> )	AMATUR ( <a href="#">0607267</a> )	SELVATERRA ( <a href="#">0607272</a> )	MENOR PREÇO
1	19.000,00	6.223,36 (por veículo) = 12.446,72	13.414,00	N/C	12.446,72
2	12.600,00	8.253,44	4.414,00	N/C	4.414,00
3	12.300,00	8.020,48	4.290,00	N/C	4.290,00
4	7.400,00	4.858,88	2.600,00	N/C	2.600,00

Ocorre que, conforme Informação nº 70/2020 - SLC ([0607275](#)):

a) Das empresas que apresentarem resposta, uma (SELVATERRA) não cotou;

b) A empresa AMATUR, apesar de apresentar cotação, não assinou a declaração e não apresentou documentação de habilitação. Como tentativa de saneamento, encaminhamos e-mail orientando a empresa à correta apresentação da cotação e documentação, mas não obtivemos resposta, caracterizando (s.m.j.) o seu desinteresse.

c) Analisando a documentação de habilitação da empresa RONDON ([0607258](#)), verifica-se que:

c.1) a empresa não apresentou a declaração de garantia (item VI do anexo II).

c.2) a empresa não apresentou o "certificado de registro válido e regular da empresa, expedido pela Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia (AGERO) ou pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER/RO) para realizarem viagens intermunicipais ou interestaduais, em regime de fretamento". Em vez disso, apresentou contrato de consignação com as empresas SOLIMÕES TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA, VIAÇÃO NOVA INTEGRAÇÃO LTDA e TRANSPORTES COLETIVOS SERRA AZUL LTDA, o que, s.m.j., não corresponde ao documento solicitado.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) A empresa DESTAK apresentou proposta e documentação regulares.

Desta forma, a empresa DESTAK TRANSPORTES E TURISMO LTDA foi a única empresa que apresentou todos os documentos de habilitação exigidos e, desta forma, considerada apta para contratar com a Administração Pública.

<b>QUADRO DAS VENCEDORAS</b>		
<b>ITEM</b>	<b>Menor preço</b>	<b>Empresa vencedora</b>
1	6.223,36 x 2 = 12.446,72	<b>DESTAK</b> <b>(<a href="#">0607251</a>)</b>
2	8.253,44	<b>DESTAK</b> <b>(<a href="#">0607251</a>)</b>
3	8.020,48	<b>DESTAK</b> <b>(<a href="#">0607251</a>)</b>
4	4.858,88	<b>DESTAK</b> <b>(<a href="#">0607251</a>)</b>
<b>valor total da contratação</b>		<b>R\$ 33.579,52</b>

**5.2 DADOS DA VENCEDORA DA COTAÇÃO:**

Empresa: DESTAK TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

CNPJ: 17.983.124/0001-37.

Endereço: Avenida dos Diamantes, n.º 742, Bairro Parque das Gemas,  
Ariquemes/RO.

Telefones e e-mail: contato@voedestak.com.br.

Valor da proposta: R\$ 33.579,52 (trinta e três mil quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

**5.3 COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

I - Atos constitutivos da empresa (evento [0607254](#), pg. 6 - 10).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**5.4 COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE MÍNIMA PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:**

I - Tributos federais: evento [0607254](#), pg. 5 e 12;

II - FGTS: evento [0607254](#), pg. 5 e 13;

III - Negativa de débitos trabalhistas: evento [0607254](#), pg. 5 e 15; e

IV - CNJ: evento [0607254](#), pg. 25.

**5.5 COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

I – Atestado de capacidade técnica, na forma exigida pela cotação de Preços: evento [0607254](#), pg. 16 a 20;

II - Certificado de registro válido e regular da empresa, expedido pela Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia (AGERO) ou pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER/RO) para realizarem viagens intermunicipais ou interestaduais, em regime de fretamento: evento [0607254](#), pg. 21 e 22;

III - DECLARAÇÃO assinada pelo representante legal da empresa cotante, na forma exigida pela cotação de Preços: evento [0607251](#).

**5.6 COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

I - Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica: evento [0607254](#), pg. 23;

II - Declaração de que apresentará garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato: evento [0607251](#).

**6 - DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

6.1 A contratação dos serviços objeto deste instrumento está prevista no planejamento orçamentário das eleições deste órgão para o exercício de 2020, conforme demonstrado no quadro abaixo:

<b>FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>
---------------------------



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)</b>	Pleito eleitoral
<b>AGREGADOR</b>	Reforço da segurança no interior (COSE)
<b>DESPESA AGREGADA</b>	Adicional de locação de veículos
<b>PLANO INTERNO</b>	FUN LOCVEI
<b>VALOR ESTIMADO</b>	R\$ 33.579,52

## **7 - DO PROCEDIMENTO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR**

### **7.1 JUSTIFICATIVA PARA DIVISÃO DO OBJETO EM ITENS:**

7.1.1 Entende-se que a divisão do objeto em itens individuais, composto por cada uma das viagens, é o critério que melhor atende com racionalidade e economicidade a presente contratação. Isso porque a junção de todas as viagens (itens) em um único lote poderá restringir a participação dos potenciais interessados na medida em que apenas as empresas que possuam TODOS os 5 (cinco) ônibus disponíveis poderiam participar da cotação. Já a divisão em itens individuais formado por cada uma das viagens ampliará a participação com a presença de empresas com menor estrutura operacional.

7.1.2 Por sua vez, a possível redução de preços com a economia de escala (conceito econômico cujo significado é a possibilidade de reduzir o custo médio de um determinado produto/serviço pela diluição dos custos fixos em um número maior de unidades produzidas ou prestadas) não ficará prejudicado já que empresas com maior estrutura operacional poderão cotar todos os itens e, assim, repassar a eventual redução dos custos em sua proposta.

### **7.2 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:**

7.2.1 A proposta de preços deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos inerentes à prestação dos serviços para os quais a cotante está ofertando proposta, de acordo com o quadro que consta da cotação de preços.

7.2.2 No preenchimento da cotação, a empresa deverá detalhar o valor unitário dos itens para os quais está ofertando proposta e o valor total de sua proposta.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.3 Será considerado vencedora as propostas que ofertarem o menor valor para cada um dos itens que integra o objeto da cotação e cumprirem todos os requisitos de habilitação definidas na cotação de preços.

### **7.3 DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:**

#### **7.3.1 Da habilitação jurídica e fiscal:**

**I - Habilitação jurídica:** Tratando-se de sociedades comerciais as cotantes deverão apresentar o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado. Tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto desta cotação de preços.

**II - Habilitação fiscal:** A cotante deverá estar regular junto ao SICAF e apresentar regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ).

#### **7.3.2 Da qualificação técnica:**

I - Com vistas a aferir a capacidade técnica-operacional as cotantes, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da empresa, comprovando a realização de **serviços de fretamento de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, com capacidade mínima de 40 (quarenta) lugares**, compatíveis com aqueles para os quais a cotante está ofertando proposta.

a1) Os atestados poderão ser provenientes de pessoa jurídica de direito público ou privado. Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade.

a2) A cotante **poderá** apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração se for o caso, a fim de evitar diligências da Administração.

b) Certificado de registro válido e regular da empresa, expedido pela Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia (AGERO) ou pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER/RO) para realizarem viagens intermunicipais ou interestaduais, em regime de fretamento;

c) **DECLARAÇÃO** assinada pelo representante legal da empresa cotante, contendo os seguintes elementos:

c1) que atenderá a todas as especificações e condições previstas na cotação de preços e os requisitos legais e regulamentares para a execução dos serviços objeto da contratação;

c2) que todos os ônibus que serão disponibilizados para a realização dos percursos para o qual está apresentando proposta atendem a todas as especificações e condições definidas na cotação de preços;

c3) que apresentará, previamente ao início dos serviços, o documento de autorização para as viagens expedida pela Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia (AGERO) ou pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER/RO);

c4) que está ciente que para a expedição para autorização das viagens, deverá comprovar junto ao Poder Concedente:

1. que todos os ônibus que serão disponibilizados para a realização dos percursos possuem Certificado de Registro de Licenciamento de Veículos - CRLV atualizados;

2. que, caso o veículo não seja de propriedade da cotante, deverá apresentar o contrato de arrendamento do veículo, comprovando que detém a posse e é a responsável legal pelo veículo apresentado para a execução do serviço.

3. que todos os ônibus que serão disponibilizados para a realização dos percursos possuem Certificado de Inspeção Técnica do Veículo – CITV emitido pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER/RO) ou do Laudo de Inspeção Técnica - LIT atualizado expedido pelas empresas credenciadas



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pelos órgãos de trânsito, quando se tratar de veículos com mais de 15 anos de fabricação;

4. que todos os motoristas que irão conduzir os veículos nos trajetos de ida e volta possuem habilitação especial para a condução de veículos de passageiros em viagens intermunicipais;

5. que todos os motoristas na direção dos veículos possuem vínculo empregatício com a cotante, salvo por motivo de força maior devidamente autorizado pelo DER-RO (Art. 40, 2º, da Lei Complementar de Rondônia nº 366, de 06/02/2007 (DOE RO de 23/2/2007), com a redação da Lei Complementar de Rondônia nº 398, de 05/12/2007, DOE RO de 06.12.2007);

6. que deverá apresentar comprovante de apólice regular válida de Seguro de Responsabilidade Civil – SRC, sem prejuízo da cobertura do seguro obrigatório de danos pessoais (DPVAT), a que se refere a Lei Federal nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974 (Art. 55, da Lei Complementar de Rondônia nº 366, de 06/02/2007 (DOE RO de 23/2/2007)).

**c5) que está ciente que a não apresentação, após a assinatura do contrato e até, no máximo, 15 (quinze) dias anteriores ao início da execução dos serviços, do documento comprobatório da autorização para as viagens, expedida pelo Poder Concedente, impede a execução dos serviços, caracteriza a inexecução total do contrato e enseja a aplicação de todas as sanções previstas na legislação e no instrumento contratual.**

### **7.5 DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

#### **7.5.1 Deverá a cotante apresentar:**

I - Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica;

a) Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, a Administração exigirá que a cotante apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) A cotante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos nesta cotação.

**II - Declaração de que apresentará garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato conforme especificado neste projeto básico.**

## **8 - DO CONTRATO**

### **8.1 PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À ASSINATURA DO CONTRATO:**

8.1.1 No ato da assinatura do contrato a vencedora deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8.1.2 Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a CONTRATADA realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO;

8.1.3 Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração contratante remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela CONTRATADA;

8.1.4 Realizado o cadastramento no SEI, a Administração disponibilizará um canal eletrônico de comunicação de dados (link), contendo o inteiro teor do termo de contrato para assinatura eletrônica. O prazo de 2 (dois) dias úteis para assinatura será contado da data da efetiva disponibilização do instrumento no SEI;

8.1.5 O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação - situação em que os demais cotantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições do adjudicatário (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93) - sujeitando-se, também, à



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da L. 8.666/93).

8.1.6 À relação contratual, além das disposições previstas na cotação de preços, seus anexos e a proposta da contratada, aplicam-se o disposto na L. 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08, supletivamente, a L. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro e as demais legislações citadas na referida cotação de preços..

8.1.7 Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais, este projeto básico, a cotação de preços, seus anexos e a proposta da vencedora, independentemente de transcrição.

8.1.8 Com a assinatura do contrato a adjudicatária se obriga a realizar o objeto da cotação de preços nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais e demais documentos da cotação, sob pena da aplicação das sanções legais e contratuais.

## **8.2 DA GARANTIA CONTRATUAL:**

### **8.2.1 Segundo Marçal:**

*A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissa o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele. (Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais).*

8.2.2 Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2.3 Dessa foram, deverá a CONTRATADA apresentar, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

**I** - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**II** - seguro-garantia;

**III** - fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (**Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário**).

### **8.3 DA VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO:**

8.3.1 Pelas características dos serviços que apenas poderão ser prestados pelos responsáveis pelas empresas que possuem Certificado de registro válido e regular da empresa pelo poder concedente, expedido pela Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia (AGERO) ou pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER/RO), fica vedada a subcontratação parcial ou total dos serviços objeto do contrato (art. 89 da IN TRE/RO nº 04/2008).

A vedação de subcontratação não impede o arrendamento de veículos de propriedade de terceiros, devidamente comprovado por contrato e sancionado pelo Poder Concedente. Esse vínculo não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais e/ou contratuais decorrentes do contrato.

### **8.4 DAS OBRIGAÇÕES PRELIMINARES DA CONTRATADA:**

8.4.1 Com a assinatura do contrato, deverá a contratada:

**I** - Apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato**, a garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93;

**II** - No prazo máximo de **15 (quinze) dias** anteriores ao início da execução dos serviços apresentar os seguintes documentos:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Uma lista com a descrição de todos os ônibus que serão utilizados para a realização dos percursos, se possível com fotos externas e internas de cada um deles, comprovando que atendem a todas as especificações e condições definidas, na qual deverá constar o nome de todos os motoristas que farão a condução dos veículos;
- b) cópia da autorização para cada uma das viagens, expedida pela Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia (AGERO) ou pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER/RO);
- c) Indicar o nome, telefone e e-mail de um representante da empresa para atuar como **responsável da empresa com poderes de decisão** para a contínua e necessária solução de problemas relacionados à execução dos serviços, troca de informações, esclarecimentos e resoluções de questões administrativas que eventualmente possam surgir da relação contratual.

III - O descumprimento injustificado das obrigações descritas neste subitem anterior sujeitará a CONTRATADA às penalidades na forma estabelecidas neste projeto básico e no contrato.

### **8.5. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DE EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

8.5.1 O **prazo máximo estimado de execução dos serviços** objeto do futuro contrato é de 3 (três) dias, de acordo com as datas das viagens descritas nos quadros que constam do item 2.6 deste PB, dimensionado de forma a contemplar as datas iniciais das viagens de ida e retorno.

8.5.2 O período de execução exato dos serviços dependerá de qual item a contratada for vencedora da cotação e deverá ser ajustado quando da elaboração do contrato.

8.5.3 O **prazo de vigência** deste contrato será definido pela quantidade de dias entre a assinatura do contrato até o dia 16 de novembro de 2020, acrescido do prazo adicional de 60 (sessenta) dias necessário para finalização das medidas de fiscalização, pagamento e encerramento do contrato.

8.5.4 As datas e os prazos de execução dos serviços **não** admitem alteração ou prorrogação, posto tratar-se de evento certo definido pela Lei das Eleições, sendo que o descumprimento dos prazos trará prejuízos irreparáveis à segurança das Eleições 2020.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.5.5 Por se tratar de contrato de escopo, com previsão de prestação de serviços por período inferior a 12 meses, não há previsão de reajuste de preços, em nenhuma das modalidades.

8.5.6 Admite-se eventual reequilíbrio na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93.

### **8.6 DAS ALTERAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS DO CONTRATO:**

8.6.1 Havendo necessidade, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da L. 8.666/93.

### **8.7 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**I** - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;

**II** - Exigir e conferir todos os documentos listados nas OBRIGAÇÕES PRELIMINARES da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente na forma especificada no contrato, sob pena de não autorizar a prestação dos serviços, sem prejuízo da rescisão do contrato e aplicação das penalidades legais e contratuais;

**III** - Reunir-se com a CONTRATADA, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços;

**IV** - encaminhar à CONTRATADA, em tempo hábil para a obtenção da autorização de viagens junto ao Poder Concedente, lista contendo o nome e o número do Cadastro de Pessoa Física - CPF de cada um dos passageiros que serão transportados nas respectivas viagens;

**V** - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

**VI** - Notificar a CONTRATADA para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos serviços em desacordo com as regras deste contrato, alertando sobre as



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

**VII -** Rejeitar, através do fiscal contrato, os serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato;

**VIII -** Receber os serviços, através do fiscal contrato, em caráter definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido no contrato, no prazo previsto no cronograma, certificando as notas Fiscais pela prestação dos serviços;

**IX -** Realizar o pagamento pelos serviços prestados de forma regular;

**X -** Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

**8.7.1 Do Pagamento:**

I - Os pagamentos dos serviços serão realizados após o retorno de cada viagem, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada pela Comissão de Segurança das Eleições – COSE;

II - Para fazer jus aos pagamentos, a CONTRATADA deverá comprovar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso haja alguma pendência, o fiscal do contrato notificará a contratada determinando providências de regularização, estabelecendo prazo para tal. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado;

III - Extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a Nota Fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

IV - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Sobre os valores dos serviços serão aplicadas as retenções legais, no que couber, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

VI - Pelos eventuais atrasos de pagamentos, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

VII - A compensação financeira acima prevista será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

### **8.8 DEMAIS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**I** - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos, encargos e condições estabelecidas no instrumento de contrato, na cotação de preços e seus anexos e na proposta apresentada;

**II** - Participar de reuniões presenciais com a Administração CONTRATANTE ou responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução dos serviços;

**III** - Apresentar todos os documentos e comprovações previstos neste contrato e na legislação aplicável aos serviços;

**IV** - Apresentar os veículos utilizados na execução dos serviços devidamente limpos, tanto a parte externa quanto interna;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**V** - Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços, tais como: combustíveis e lubrificantes, despesas com abastecimento, salários, diárias e estadia dos motoristas, taxas de estacionamento, limpeza de veículos, seguros de responsabilidade civil, sinistros e outros.

**VI** - Dimensionar e manter equipe suficiente de motoristas regularmente habilitados para a execução dos serviços objetivando o cumprimento rigoroso dos prazos previstos no contrato, zelando para não gerar qualquer prejuízo à perfeita prestação dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados;

**VII** - Em caso de substituição de qualquer um dos profissionais inicialmente indicados, comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, fornecendo as informações do motorista substituto que deverá atender, no mínimo, os requisitos definidos no contrato;

**VII** - Substituir imediatamente o motorista já escalado para condução dos veículos, em caso de ausência ou outros problemas que impossibilite o seu trabalho de condução do veículo no **prazo máximo de 02 (duas) horas;**

**VIII** - Garantir a seus motoristas o descanso mínimo de 11 horas antes de iniciar o itinerário, em cumprimento ao art. 235-C da CLT e, quando o trajeto tiver duração estimada superior a 04 (quatro) horas, disponibilizar mais um motorista por itinerário, perfazendo 02 (dois) motoristas, para que o motorista usufrua do descanso de 30 (trinta) minutos exigido pelo art. 235-D da CLT;

**IX** - Garantir o socorro imediato, em caso de quebras ou acidentes com os veículos em viagem, fazendo a devida substituição do veículo contratado, por outro que atenda as especificações, em situações em que o mesmo não estiver em condições de trafegar, **no prazo máximo de 02 (duas) horas;**

**X** - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;

**XI** - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, salvo a possibilidade de utilização de veículos arrendados, na forma permitida por este contrato;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**XII** - Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do contrato (Art. 70 da Lei nº 8.666/93), não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos serviços;

**XIII** - Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as taxas, despesas e emolumentos e demais exigências de órgãos competentes para a prestação dos serviços, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes;

**XIV** - Apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua regularidade fiscal, regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**XV**- Comunicar ao representante do CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**XVI** - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto da presente contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor estimado do contrato, na forma do artigo 65,§ § 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

**XVII** - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações solicitadas;

**XVIII** - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência – após a assinatura do contrato - de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

**XIX** - Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável aos serviços objeto do contrato.

## **9 – DAS SANÇÕES**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**9.1** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, na forma seguinte:

**I** - Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 15 (quinze) dias anteriores ao início da execução dos serviços para apresentar os documentos listados no item 8.4.1, II deste projeto básico:

- a) Até 2 (dois) dias de atraso: multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, desde que não prejudique o cronograma definido para as viagens;
- b) De 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso: multa 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, desde que não prejudique o cronograma definido para as viagens;
- c) De 5 (cinco) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado, desde que não prejudique o cronograma definido para as viagens;
- d) Atrasos superiores a 10 (dez) dias ou aqueles que, independentemente do tempo prejudique o cronograma definido para as viagens: multa de 30% (trinta por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**II** - Descumprir, de forma injustificada, os horários definidos para os inícios das viagens de ida e retorno previstos no item 2.6 deste projeto básico:

- a) Até 1 (uma) hora: multa de multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- b) Atraso superior a 1 (uma) até 3 (três) horas: multa de multa 10% (dez por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- c) Atraso superior a 3 (três) horas: multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- d) Atraso superior a 4 (quatro) horas: multa de 30% (trinta por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**III** - Descumprir, de forma injustificada, os prazos máximos de 02 (duas) horas para substituir motoristas, prestar socorro imediato em caso de quebras



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ou acidentes com os veículos em viagem ou fazer a devida substituição do veículo contratado por outro que atenda as especificações:

- a) Até 1 (uma) hora: multa de multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- b) Atraso superior a 1 (uma) até 3 (três) horas: multa de multa 10% (dez por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- c) Atraso superior a 3 (três) horas: multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- d) Atraso superior a 4 (quatro) horas: multa de 30% (trinta por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**IV - Descumprir, de forma injustificada, as demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:**

- a) Primeiro descumprimento: multa de 5% (cinco por cento) apurada sobre o valor do contrato;
- b) De 2 (dois) a 4 (quatro) descumprimentos: multa de 10% (dez por cento) apurada sobre o valor do contrato;
- d) Mais de 4 (quatro) descumprimentos: multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

**9.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:**

**I - Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;**

**II - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III** - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**IV** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.

**9.3** Além dos outros descumprimentos passíveis de sanção, outros descumprimentos injustificados da contratada capazes de prejudicar ou inviabilizar o cumprimento dos horários previstos para o início das viagens, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas neste projeto básico.

**9.4** Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste projeto básico como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

**9.5** O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).

**9.6** A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário**).

**9.7** Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

**9.8** As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

**9.9** O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

## **10 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**10.1** A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas pela **Coordenadora da Segurança das Eleições - COSE** ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

**10.2** A unidade gestora poderá solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicas do Tribunal.

## **11 - ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES**

**11.1** As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste projeto básico serão esclarecidas pelo servidor **EDUARDO RAMOS ESPICALSKY** da Coordenadoria de Segurança das Eleições, na Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2293 ou ainda, pelo e-mail [Eduardo.espicalsky@tre-ro.jus.br](mailto:Eduardo.espicalsky@tre-ro.jus.br).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO RAMOS ESPICALSKY, Membro(a) da COSE**, em 29/10/2020, às 10:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0613891** e o código CRC **53CF53FD**.

---

0002923-73.2019.6.22.8000

0613891v3

---

Criado por 026098941465, versão 3 por 026098941465 em 29/10/2020 10:56:54.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002923-73.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria da Comissão de Segurança das Eleições - COSE

ASSUNTO: Contratação emergencial – Fornecimento de transporte - veículos tipo ônibus rodoviário convencional – Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 233 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de processo administrativo inaugurado para abrigar a contratação de pessoa jurídica especializada em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Rondônia, por meio de veículo tipo ônibus de passageiros, objetivando o transporte, de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado, de Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2020.

2. Após regular procedimento licitatório, este Regional e a empresa VOA BRASIL VIAGENS E TURISMO EIRELI firmaram a Carta-Contrato nº 07/2020 ([0535649](#)), o qual seu objeto corresponde ao itinerário Porto Velho/ Ji-paraná e Retorno Itinerário Inverso. Também, originou-se a Carta-Contrato nº 08/2020 ([0535650](#)) firmada entre este





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tribunal com a empresa DESTAK TRANSPORTE E TURISMO LTDA ME, o qual o seu objeto corresponde aos itinerários Porto Velho/ Vilhena e Retorno Itinerário Inverso, Porto Velho/ Ariquemes e Retorno Itinerário Inverso e Porto Velho/ Cacoal e Retorno Itinerário Inverso.

3. No evento [0578169](#), a empresa VOA BRASIL VIAGENS E TURISMO EIRELI solicitou a rescisão contratual, sem imposição de penalidade, alegando onerosidade excessiva decorrente da pandemia de Covid-19.

4. A comissão gestora da contratação (COSE) se manifesta nos autos a respeito da situação ([0601647](#)), justificando que para a preservação da integridade física dos passageiros e como medida para evitar o contágio, a frota disponibilizada pela empresa DESTAK TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME não será suficiente para o atendimento da demanda. Conforme o Ofício nº 65960/2020/PM-CPO, a Polícia Militar do Estado de Rondônia destacou um efetivo de 160 (cento e sessenta) policiais da capital Porto Velho para reforçar o policiamento no Pleito Eleitoral 2020 em outras cidades do Estado, como Ji-Paraná, São Miguel do Guaporé, Vilhena, Cacoal, Rolim de Moura, Ariquemes, Jaru e Buritis.

5. Prossegue a comissão gestora em sua manifestação dizendo que a empresa VOA BRASIL VIAGENS E TURISMO EIRELI não tem mais interesse na execução do contrato, independentemente de aplicação de penalidades, diante da proximidade da data do pleito, será necessária uma contratação emergencial de pelo menos 04 (quatro) VEÍCULOS - TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL para o transporte do efetivo de segurança, e para tanto apresenta quadro descritivo com as localidades onde a contratação emergência se faz necessária.

6. Após as adequações procedimentais necessárias nos presentes autos, juntou-se o Projeto Básico nº 4/2020 – PRES/DG/COSE ([0607444](#)), apresentando os contornos gerais da contratação pretendida, no valor total de R\$ 27.356,16 (vinte e sete mil trezentos e cinquenta e seis reais e dezesseis centavos) - conforme Cotação nº 007/2020 – COMAP ([0607258](#), [0607251](#), [0607267](#) e [0607272](#)).

7. Em razão de manifesto desinteresse do mercado local, a Seção de Licitações e Contratos esclarece em sua Informação 70 ([0607275](#)) que apesar dos esforços empreendido, apenas a empresa DESTAK apresentou proposta e documentação regulares.

8. Considerando urgentíssima a formalização da contratação emergencial, o secretário da SAOFC direciona os autos a COMAP para



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

análise do PB 4, a COFC para programação orçamentária da despesa, a SECONT para elaboração da minuta contratual e pôr fim a AJDG para análise e emissão de parecer jurídico ([0607558](#)).

**9.** A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação do Termo de Referência e Projeto Básico, mediante sua coordenadora, considerou estar regular o instrumento acima citado (Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 138/2020 - [0608020](#)), nos termos das normas gerais de contratações estabelecidas pelos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 04/2008 do TRE-RO. Ainda manifestou-se, caso a autoridade superior aprove o PB 4, pela adjudicação do objeto a empresa **DESTAK - Transporte e Turismo Ltda. - ME** - CNPJ: 17.983.124/0001-01, por encontrar-se regular frente as normas gerais de contratações, e ainda pela contratação emergencial com fundamento no Art. 24, IV, da Lei n. 8.666/93.

**10.** A Seção de Programação Orçamentária e Financeira - SPOF realizou a programação orçamentária e informou a existência do pré-empenho 2020PE0000359, no valor de R\$ 27.356,16 (vinte e sete mil trezentos e cinquenta e seis reais e dezesseis centavos), e que a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA) - evento [0607856](#).

**11.** Assim instruído, o processo veio para análise desta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**12.** Preliminarmente, cumpre registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Logo, à luz do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral e dos demais atos normativos que regulamentam as atividades dos Assessores Jurídicos, incumbe a esta Assessoria prestar consultoria ao Tribunal sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito do Tribunal



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Regional Eleitoral de Rondônia, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

**13.** Quanto ao mérito deste processo, a Lei de Licitações e Contratos prevê em seu art. 24 os casos de contratação direta, ou seja, sem a necessidade da realização de licitação, caracterizando a exceção legal à regra constitucional prevista no art. 37, inciso XXI, da Lei Maior.

**14.** Dentre as hipóteses legais consta a dispensa de licitação em casos de emergência, nos termos do inciso IV, do artigo acima mencionado. Diz o dispositivo legal:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de **emergência** ou de calamidade pública, quando caracterizada **urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares**, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e **serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade**, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

(...)

**15.** Depreende-se da leitura da citação acima que é possível a dispensa da licitação quando ocorre situação real que poderá ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, público ou particular.

**16.** Para que seja caracterizada a urgência descrita na lei e, portanto, possível a dispensa de licitação, é indispensável a ocorrência dos seguintes pressupostos:

- a) a situação adversa, dada como de emergência não pode ter originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis;
- b) deve existir urgência concreta e efetiva do atendimento à situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando risco de danos a bens ou à saúde ou à vida das pessoas;
- c) o risco, além de concreto e efetivamente provável, dever ser iminente e especialmente gravoso;
- d) a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, deve ser o meio adequado, efetivo e eficiente para afastar o risco iminente detectado.

**17.** Caracterizada a situação de emergência, a Lei de Licitações estabelece outras condições a serem observadas no processo de dispensa, a saber:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inc. III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas (...) deverão ser comunicadas, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (...)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

**18.** No caso destes autos, a Comissão de Segurança das Eleições objetiva, em fretamento, serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Rondônia, por meio de veículo tipo ônibus de passageiros, apresentando no PB nº 4 ([0607444](#)) as suas justificativas abaixo transcritas:

### **3 – JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL**

3.1 Conforme consta no evento [0597549](#), a empresa VOA BRASIL VIAGENS E TURISMO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n. 07.671.791/0001-20, que celebrou a Carta Contrato nº 07/2020 ([0535649](#)) com este Tribunal para fornecimento de transporte - por meio de 03 (três) VEÍCULOS - TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL, para o itinerário Porto Velho/ Ji-Paraná e Retorno Itinerário Inverso, no período de 03 a 05/10/2020 - informou que não tem interesse em celebrar aditivo contratual, em virtude adiamento das Eleições Municipais 2020 promovido pela Emenda Constitucionais nº 107/2020.

3.2 Alega a empresa que a alteração da data de execução constitui mudança nos termos do contrato originário e, desta forma, dependeria de acordo entre as partes. Informa que a empresa passa por dificuldades financeiras e teve que vender alguns de seus veículos para fazer frente a compromissos financeiros, de modo que sua frota atual não atenderia a demanda contratual. Assim, não tem interesse na assinatura do aditivo proposto.

3.3 Já a empresa DESTAK TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n. 17.983.124/0001-37, assinou o Termo Aditivo à Carta-Contrato nº 08/2020, mantendo integralmente sua frota à disposição, conforme anteriormente pactuado.

3.4 Convém registrar que, a época do planejamento e trâmites iniciais da contratação, não havia situação de pandemia do coronavírus. Após o avanço da contaminação, algumas medidas foram tomadas, dentre elas a regra que estabeleceu que "*o transporte coletivo e individual, intermunicipal de passageiros, público ou privado, em todo o território do Estado, seja realizado sem exceder à metade da capacidade de passageiros sentado*", nos termos Art. 3º, inciso III, alínea "c" do Decreto nº 24.887, de 20 de março de 2020, do Governo do Estado de Rondônia.

3.5 Em que pese a referida norma ter sido revogada pelo Decreto nº 25.412, de 17 de setembro de 2020, com vistas a preservação da integridade física dos passageiros e como medida para evitar o contágio, esta Coordenadoria entende que a regra deve



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

continuar sendo observada, de forma que um passageiro fique em uma distância segura do outro.

3.6 Conforme o Ofício nº 65960/2020/PM-CPO, a Polícia Militar do Estado de Rondônia destacou um efetivo de 160 (cento e sessenta) policiais da capital Porto Velho para reforçar o policiamento no Pleito Eleitoral 2020 em outras cidades do Estado, como Ji-Paraná, São Miguel do Guaporé, Vilhena, Cacoal, Rolim de Moura, Ariquemes, Jaru e Buritis. Neste contexto, a frota disponibilizada pela empresa DESTAK TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME não será suficiente para o atendimento da demanda.

3.7 Considerando que a empresa VOA BRASIL VIAGENS E TURISMO EIRELI não tem mais interesse na execução do contrato, independentemente de aplicação de penalidades, diante da proximidade da data do pleito que leva à inviabilidade da realização de um novo certame licitatório, esta unidade entende necessária uma contratação emergencial dos veículos indicados no item 2 deste projeto básico, com fundamento no art. 24, IV, da L. 8.666/93, que prevê:

*Art. 24. ... IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;*

3.8 Como já registrado na contratação originária, nas últimas eleições a Polícia Militar do Estado de Rondônia tem reportado a este Tribunal a necessidade de reforçar o policiamento em algumas cidades do interior do Estado, principalmente em algumas áreas específicas, para a realização das atividades das Eleições. O deslocamento desse efetivo tem sido assumido pela Justiça Eleitoral para garantia da segurança do pleito nas localidades indicadas pela Polícia Militar do Estado de Rondônia. Assim, por certo que a ausência do efetivo extra nessas localidades poderá comprometer a segurança das pessoas e do próprio pleito eleitoral de 2020. Registra-se que apenas estão sendo contratados de forma emergencial os serviços necessários ao atendimento da demanda emergencial.

3.9 Por fim, para cumprimento do Parágrafo único do art. 26 da L. 8.666/93, registra-se que a escolha do fornecedor, **indicado no capítulo 5**, se deu de forma impessoal após cotações de preços realizada no mercado - e que também justifica o preço da contratação - a verificação da regularidade mínima para contratar com a Administração Pública e a apresentação de todos os documentos de habilitação técnica exigida neste PB e na cotação de preços.

**19.** O conceito de emergência capaz de justificar a dispensa do procedimento licitatório deve estar respaldado em situação real decorrente de algum fato imprevisível ou, embora previsível, que não possa ser evitado, o que vem a ser justamente a situação ora observada, tendo em vista o contido na justificativa dos fatos ocorridos e da necessidade de contratação emergencial retratados nos tópicos acima.

**20.** A imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, do objeto descrito no PB 4 ([0607444](#)), segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, demonstra-se o meio adequado,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

efetivo e eficiente para afastar o risco iminente detectado, conforme é possível verificar-se no projeto básico apresentado pela unidade solicitante. Não é vislumbrada pela COSE outra saída mais adequada, efetiva e eficiente para evitar os riscos e danos previstos.

**21.** Enfatiza a unidade solicitante/demandante da contratação no item 3.8 do PB 4 que *“nas últimas eleições a Polícia Militar do Estado de Rondônia tem reportado a este Tribunal a necessidade de reforçar o policiamento em algumas cidades do interior do Estado, principalmente em algumas áreas específicas, para a realização das atividades das Eleições. O deslocamento desse efetivo tem sido assumido pela Justiça Eleitoral para garantia da segurança do pleito nas localidades indicadas pela Polícia Militar do Estado de Rondônia. Assim, por certo que a ausência do efetivo extra nessas localidades poderá comprometer a segurança das pessoas e do próprio pleito eleitoral de 2020. Registra-se que apenas estão sendo contratados de forma emergencial os serviços necessários ao atendimento da demanda emergencial.”*

**22.** Está demonstrado nos autos que o cenário não é o normal, **logo não é possível observar o procedimento licitatório ordinário**, com atendimento de todos os prazos e formalidades sem que isso possa implicar riscos à Justiça Eleitoral. Para situações de emergência, as medidas também devem ser de emergência, **com ações imediatas e eficientes, entretanto**, sem olvidar dos cuidados exigidos pelo Tribunal de Contas da União.

**23.** A respeito disso, Antônio Carlos Cintra do Amaral traz a seguinte lição:

A emergência é, a nosso ver, caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: **um caso é de emergência quando reclama solução imediata**, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, **provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas**. Quando a realização de licitação não é compatível com a solução necessária, no momento preconizado, não se caracteriza a emergência (Licitações nas Empresas Estatais. São Paulo, McGraw Hill, 1979, p.34). (Negritou-se)

**24.** Como verificado junto aos doutrinadores, os requisitos para que ocorra a contratação direta, de forma lícita, fundamentada nos casos de emergência, podem ser resumidos no binômio: **necessidade e eficácia**. Vale dizer, necessidade da plena demonstração da potencialidade do dano e eficácia da contratação para elidir tal risco. O binômio está atendido no caso sob análise, consoante circunstâncias narradas pela COSE no instrumento técnico ([0607444](#)) e pelo secretário da SAOFC ([0607558](#)), o





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que demonstra efetivamente que a contratação pretendida é a **via disponível e efetiva** para eliminar os riscos e danos previstos.

**25.** Infere-se que a contratação é necessária e suficiente para garantir a lisura do pleito e a liberdade do voto pela Justiça Eleitoral, e, conseqüentemente, evitar as conseqüências daí decorrentes, caso tal medida não seja adotada.

**26.** Vale destacar que, embora haja contratação direta, cabe à Administração envidar esforços para que às justificativas contidas nestes autos apresentem solução efetiva o mais rápido possível, evitando-se ao máximo, novas contratações de maneira emergencial, decorrentes dos fatos narrados no presente feito.

**27.** Passe-se à análise da escolha da pretensa contratada. A esse respeito, a unidade solicitante traz a justificativa quanto à escolha da empresa no subitem 5 do TR em análise. Em suma, destaca que a empresa é especializada na prestação descrita no objeto contratado.

**28.** Deve ser feito uma ressalva quanto à cotação de preços. Conforme verificado, em razão do pouco tempo disponível, a unidade solicitante utilizou-se de cotação de preços no mercado local, selecionando a empresa com a proposta de menor preço para o Poder Público, o que representa, também, sua compatibilidade com o preço médio de mercado.

**29.** Desta forma, observa-se que a escolha da empresa se baseou no menor preço exequível ofertado durante a cotação de preços realizada, a respeito assim se manifesta a Corte de Contas no Acórdão 1379/2007 Plenário:

Observe rigorosamente, no caso de contratação em caráter emergencial, além do disposto no art. 24, inciso IV, c/c o art. 26, parágrafo único, incisos I a III da Lei no 8.666/1993, com o detalhamento contido na Decisão Plenária no 347/1994, a **necessidade de só efetivar contratações diretas de entidades após comprovação da compatibilidade dos preços praticados com os do mercado, mediante pesquisa de preços, devendo a documentação pertinente constar do respectivo processo de dispensa ou inexigibilidade. Acórdão 1379/2007 - Plenário. (Negritou-se)**

**30.** Considerando a situação emergencial e o reduzido prazo de contratação pretendido, não há dúvida de que haveria dificuldade quanto à busca de um preço estimado, tendo em vista que a impossibilidade de se comparar os preços contratados pelos órgãos da Administração Pública, ante a iminência da realização do 1º turno das Eleições Municipais no dia 15 de novembro próximo.

**31.** No vertente caso, apesar de 03 (três) empresas apresentarem propostas para o certame, somente a empresa DESTAK





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Transportes e Turismo Ltda. - CNPJ: 17.983.124/0001-37 apresentou todos os documentos de habilitação exigidos.

**32.** Nesse contexto, merece ser trazido a lume trecho do Manual de compras diretas, elaborado pelo TCU, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

Na jurisprudência do TCU, é possível identificar claramente a preocupação do Tribunal em relação a fatores externos que podem prejudicar a correta e célere instrução de um processo de compra. Diante de eventuais dificuldades na pesquisa de preços, **basta o gestor comprovar a existência dessas limitações, evitando assim que o processo de compras se arraste no tempo, às vezes até prejudicando o benefício obtido com a compra.** Tal entendimento pode ser extraído do Acórdão nº 2.203/2005 da 1ª Câmara:

1.2. observe os princípios que orientam o procedimento licitatório (art. 3.º da Lei n.º 8.666/93), em especial ao princípio da isonomia entre os licitantes, ainda que se trate de simples cotação de preços junto a fornecedores a qual deve ser a mais ampla possível, **porém dentro das limitações de mercado existentes para determinados objetos, cuja existência deve ser justificada;** (...)

**33.** Reforçando esse posicionamento, o Acórdão 1.565/2015 – Plenário do TCU aponta que a pesquisa de preços para os casos de dispensa e inexigibilidade deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo “necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações válidas. Veja-se:

A justificativa do *preço* em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) **no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima;** (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os *preços* praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (sem grifo no original)

**34.** No procedimento em análise, a SLC, em sua Informação nº 70-PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0607275](#)), destaca que apesar dos esforços empreendidos, não foi possível obter mais cotações em virtude de manifesto desinteresse do mercado.

**35.** Destarte, deve-se levar em consideração a pesquisa de preço realizada nos autos, pois existe competitividade limitada dos serviços pretendidos no mercado local e consonância entre os preços apresentados pelas empresas cotantes, bem como está presente nos autos justificativas plausíveis para entender tal situação.

**36.** Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa **DESTAK Transportes e Turismo Ltda. - CNPJ: 17.983.124/0001-37**, no valor de R\$ 27.356,16 (vinte e sete mil trezentos e cinquenta e seis reais e dezesseis centavos), justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão preenchidos.

**37.** Para fins de constatação dos requisitos recomendados pelo TCU para as contratações emergenciais, observamos seu atendimento conforme podemos observar a seguir:

### **Acórdão 2387/2007 - Plenário**

Zelee para que os processos de dispensa de licitação, motivados por situação emergencial (art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993), sejam necessariamente justificados, e comunicados dentro de três dias a autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, como condição para eficácia dos atos, instruindo-os com os seguintes elementos:

- caracterização da situação emergencial ou calamitosa que tenha justificado a dispensa, quando for o caso;
- razão da escolha do fornecedor ou executante; e
- justificativa do preço, conforme disposto nos arts. 37, caput, da Constituição Federal e 26, caput, parágrafo único, incisos I, II e III, da Lei nº 8.666/1993.

**38.** Porém, apesar de todas as justificativas acima explanadas, **há que se alertar ao Administrador que o Tribunal de Contas da União já firmou jurisprudência no sentido do descabimento da dispensa de licitação quanto aos casos de emergência ficta**, em que a Administração Pública deixa de adotar tempestivamente as providências necessárias à realização de licitação previsível. A respeito, temos os Acórdãos n. 348/2003 e n. 1705/2003, orientando no sentido da realização de licitação com a antecedência necessária, de modo a evitar situações em que o atraso do início dos certames licitatórios seja a causa para as contratações com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

**39.** Assim, recomenda o TCU que a Administração Pública deverá adotar as providências cabíveis para que sejam promovidos os processos licitatórios com a antecedência necessária para a sua conclusão antes do término da contratação vigente, evitando-se a descontinuidade da prestação dos serviços e a realização de dispensa de licitação por emergência.

**40.** A esse respeito, inúmeras são as decisões do TCU, no sentido de só ser realizado as aquisições com dispensa de licitação, fundada no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93, quando devidamente caracterizada a situação de emergência ou de calamidade pública, desde que a situação não se tenha originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis e desde que esteja comprovado que a imediata contratação é o



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado (Decisão n. 811/1996 – Plenário e Decisão n. 347/1994 – Plenário).

**41.** Assim, a despeito de tais recomendações, não se pode olvidar que, uma vez presentes todos os requisitos previstos no dispositivo legal em comento, cabível será a dispensa de licitação por emergência, independentemente da culpa do servidor pela não realização do procedimento licitatório na época oportuna.

**42.** Nesse caso, é inegável que aguardar a solução dos problemas atestados no Projeto Básico 4 ([0607444](#)), ensejando possíveis prejuízos a bens e serviços, não é medida que se impõe, portanto, o administrador não pode permanecer inerte diante desses fatos que reclamam providências que sirvam para rebater e conter as situações emergenciais.

**43.** Vera Lúcia Machado D'Ávila assim ensina:

O enfoque, portanto, delimitador da definição de emergência e urgência, parece convergir ao aspecto 'tempo', ou seja, à verificação de que a via normal de decurso de um procedimento licitatório, sem que medidas efetivas sejam imediatamente adotadas pelo administrador, pode transforma-se em resultado danoso às coisas e pessoas, comprometendo a segurança das mesmas (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. D'AVILA, Vera Lúcia Machado. Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos. 3 ed. 1998. São Paulo. Malheiros, p.91)

**44.** O Tribunal de Contas da União também reforça a possibilidade da contratação direta em situação de emergência sob o aspecto do *tempo escasso* para uma licitação ordinária:

Ao comentar o inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93, o doutrinador Marçal Justen Filho assim expôs (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 11ª Ed. p. 241):

As limitações impostas às contratações por emergência têm de ser interpretadas em face do interesse a ser tutelado. (...) Por isso, o próprio limite de 180 dias deve ser interpretado com cautela. Afigura-se claro que tal dimensionamento pode e deve ser ultrapassado, se essa alternativa for indispensável a evitar o **perecimento do interesse a ser protegido**.

Com efeito, não se olvida que a regra geral é que as contratações efetuadas pela Administração Pública devem ser precedidas de licitação. Entretanto, no caso da hipótese em abstrato aqui tratada, admite-se a contratação sem licitação para se afastar mal maior, quais sejam, danos irreparáveis e/ou riscos insuportáveis causados por uma maior demora na contratação em decorrência da realização de procedimento licitatório. Trata-se de opção do legislador ordinário com amparo no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal.

Esses riscos/danos nem sempre estarão afastados após o transcurso de 180 dias. Caso estejam, não há maiores questionamentos de que o prazo deve ser respeitado. Entretanto, caso não estejam, o interesse público primário deve ser atendido. **A relevância do interesse coletivo e social do objeto contratado, bem como a urgência em seu atendimento, pode fazer com que seja colocado em segundo o estrito cumprimento desse dispositivo legal.**

Esse entendimento, compatível com os princípios da finalidade e razoabilidade que regem a Administração Pública, permite, de acordo com o caso concreto, que se



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

preserve determinado bem jurídico mais relevante – imediata ação pública em casos de emergência ou calamidade - em detrimento de outro menos relevante – a realização de licitação. TCU TC 019.362/2010-2/Plenário. (Negriout-se)

**45.** Outros dois aspectos que sempre são lembrados pelo TCU nas contratações diretas por dispensa é a **consulta de preços** e a **regularidade fiscal**, especialmente porque são obrigações decorrentes da lei. De fato, o art. 195, § 3º, da Constituição Federal, exige comprovante de regularidade com o INSS e o FGTS de todos aqueles que contratam com o poder público, inclusive nas contratações realizadas mediante convite, dispensa ou inexigibilidade de licitação, mesmo quando se tratar de compras para pronta entrega (TCU. Acórdão 1467/2003-Plenário). Por fim, quando da realização da dispensa, deve ocorrer a consulta de preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, em cumprimento ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, e art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório (...).

**46.** Assim, de tudo o que consta nos autos e, principalmente, que o risco de perigo de prejuízo na prestação do serviço público é iminente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, podendo ser autorizada com amparo no **art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93**.

**47.** Por seu tempo, constata-se que o Projeto Básico 4 ([0607444](#)), possui, sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de licitações, assim como está em conformidade com as disposições da **IN TRE/RO n. 004/08, podendo ser apresentado á autoridade competente para aprovação**.

**48.** Noutra parte, considerando que a empresa **DESTAK Transportes e Turismo Ltda. - CNPJ: 17.983.124/0001-37**, oferece para o momento as melhores condições no atendimento do objeto e no preço e, ainda, encontra-se regularmente **habilitada** a contratar com a Administração, conforme item 5.4 do PB 4 ([0607444](#)), assim esta Assessoria entende ser possível a confirmação da adjudicação do objeto deste processo à referida empresa pela autoridade superior.

**49.** É imperioso repisar que o Tribunal de Contas da União é bem taxativo quanto à impossibilidade de contratação por emergência se há falta de planejamento adequado pelo administrador. Não é o caso dos autos.

**50.** Com relação a minuta de Carta-Contrato ([0608114](#)), em análise formal aos seus termos, percebe-se que o referido instrumento se encontra em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**IV - CONCLUSÃO**

**51.** Ante o exposto, esta Assessoria Jurídica opina nos seguintes termos:

a) pela **contratação** da empresa **DESTAK Transportes e Turismo Ltda.** - CNPJ: 17.983.124/0001-37, de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo nos **art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93**;

b) pela **ratificação** do ato de dispensa pela Diretoria-Geral ou Presidência, de acordo com a alçada de competência (art. 17, inciso IX da IN n. 04/2008) e,

c) para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da **minuta de Carta-Contrato ( [0608114](#) )**.

**52.** Com precedente na Lei n. 14.065, de 30/09/2020, entende-se desnecessária a publicação na imprensa oficial exigida pelo art. 26 da Lei de Licitações e Contratos, em razão do valor da contratação, situar-se nos patamares da dispensa legal. Todavia, aconselha-se que a publicação da contratação se dê no **Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral** em homenagem ao princípio da publicidade.

Submete-se a consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 23/10/2020, às 16:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0611058** e o código CRC **ABD8070F**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002923-73.2019.6.22.8000

0611058v9

---

Criado por 004891562321, versão 9 por 004891562321 em 23/10/2020 16:47:58.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002923-73.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria da Comissão de Segurança das Eleições

ASSUNTO: Contratação emergencial – Fornecimento de transporte - veículos tipo ônibus rodoviário convencional.

**DESPACHO Nº 1764 / 2020 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo referente à contratação de pessoa jurídica especializada em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Rondônia, por meio de veículo tipo ônibus, objetivando o transporte de passageiros de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado, Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2020 (evento [0487352](#)).

Após o procedimento licitatório este Regional e a empresa VOA BRASIL VIAGENS E TURISMO EIRELI firmaram a Carta-Contrato nº 07/2020 ([0535649](#)), cujo objeto corresponde ao itinerário Porto Velho/ Ji-paraná e Retorno Itinerário Inverso. Originou-se, também, a Carta-Contrato nº 08/2020 ([0535650](#)) firmada com a empresa DESTAK TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME, que tem por objeto os itinerários Porto Velho/ Vilhena e Retorno Itinerário Inverso, Porto Velho/ Ariquemes e Retorno Itinerário Inverso e Porto Velho/ Cacoal e Retorno Itinerário Inverso.

Contudo, a empresa VOA BRASIL VIAGENS E TURISMO EIRELI requereu a rescisão da Carta-contrato n. 07/2020, sem aplicação de penalidades, alegando que a contratação se tornou onerosa excessivamente, em razão da pandemia de Covid-19 ([0578169](#)).

Mediante a Manifestação nº 4 ([0601647](#)) a Comissão gestora da contratação opinou pela rescisão da Carta-contrato n. 07/2020 ([0535649](#)) celebrada com a empresa VOA BRASIL VIAGENS E TURISMO, em razão da empresa não ter mais interesse na execução do





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contrato, independentemente de aplicação de penalidades e pela contratação emergencial de pelo menos 4 (quatro) veículos, tipo ônibus rodoviário convencional para o transporte do efetivo de segurança, tendo em vista a aproximação do pleito eleitoral.

Depois de efetuadas as adequações procedimentais, a unidade demandante juntou o Projeto Básico n. 4/2020 ([0607444](#)), contendo o objeto, a justificativa, quantidade, o valor e a previsão de aquisições, aderência ao plano orçamentário, critérios de aceitação do objeto e específicos de habilitação, do contrato, obrigações das partes, do pagamento, das penalidades, fiscalização e gestão.

Após análise a COMAP manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico juntado ao evento n. [0607444](#), uma vez que se encontra em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e da IN n. 04/2008 do TRE-RO e, pela adjudicação do objeto do presente à empresa **DESTAK -Transporte e Turismo Ltda. - ME** - CNPJ: 17.983.124/0001-01, por se encontrar regular frente as normas gerais de contratações, e ainda pela contratação emergencial com fundamento no Art. 24, IV, da Lei n. 8.666/93 ([0608020](#)).

A SPOF juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0607856](#)) no valor de R\$ 27.356,16 (vinte e sete mil trezentos e cinquenta e seis reais e dezesseis centavos), com a informação do Pré-Empenho 2020PE000359, ao final registrando que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

Por sua vez a SECONT juntou a minuta de Carta-contrato ([0608114](#)) e remeteu os autos à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise, a qual, por meio do Parecer Jurídico AJDG nº 233 ([0611058](#)) opinou pela possibilidade de contratação direta da empresa **DESTAK Transportes e Turismo Ltda. - CNPJ: 17.983.124/0001-37**, de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93**; pela aprovação do Projeto Básico 4/2020 ([0607444](#)), bem como pela ratificação do ato de dispensa pela autoridade competente. Por fim, aprovou a minuta SECONT [0608114](#), para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93.

O Secretário SAOFC reconheceu a dispensa, apontada pela AJDG e manifestou-se pela aprovação do Projeto Básico 4/2020 e pela contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa que ofertou a





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

melhor proposta válida, fundamentando sua manifestação nas razões expostas no parecer jurídico da AJDG e pela publicação da dispensa apenas no Diário da Justiça Eletrônico - DJE e no Portal da Transparência, em respeito ao princípio da publicidade, haja vista que o valor da contratação não supera o patamar da dispensa legal ([0611152](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Dos elementos constantes nos presentes autos se extrai que todos os requisitos exigidos no art. 24, IV, da Lei n. 8.666/93 restaram atendidos ante a demonstrada situação de emergência, em razão da desistência da empresa VOA BRASIL VIAGENS E TURISMO EIRELI, conforme justificativa constante nos item 3.1 a 3.9 do PB juntado ao evento n. [0607444](#).

Além disso, como bem registrado no parecer da ADJG ([0611058](#)), em seu item 22, resta demonstrado nos autos que o cenário não é o normal, **logo não é possível observar o procedimento licitatório ordinário**, com atendimento de todos os prazos e formalidades sem que isso possa implicar riscos à Justiça Eleitoral. Para situações de emergência, as medidas também devem ser de emergência, **com ações imediatas e eficientes, entretanto**, sem olvidar dos cuidados exigidos pelo Tribunal de Contas da União.

Das cotações obtidas verifica-se que a empresa **DESTAK Transportes e Turismo Ltda. - CNPJ: 17.983.124/0001-37**, foi a que ofertou o menor preço para a prestação dos serviços especificados na Cotação de Preços n. 07/2020 - SLC e que atendeu as condições de habilitação ([0607251](#) e [0607254](#)).

Diante do exposto, havendo disponibilidade financeira, com base nas atribuições de competências delegadas através do artigo 1º, inciso I, da Portaria 66/2018/GP, esta Diretora-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade apontada pela AJDG e reconhecida pela SAOFC e, por consequência:

**1 - Aprova o Projeto Básico 4/2020 ([0607444](#))**, porquanto possui, sob o aspecto formal, os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX do art. 6º da Lei 8.666/93;

**2 - Autoriza a despesa e a contratação**, de forma direta, **por dispensa de licitação**, com fulcro no art. 24, IV, da Lei 8.666/93 da empresa **DESTAK Transportes e Turismo Ltda. - CNPJ: 17.983.124/0001-37**;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

**3 - Adjudica o objeto à empresa DESTAK Transportes e Turismo Ltda. - CNPJ: 17.983.124/0001-37 e autoriza a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 27.356,16 (vinte e sete mil trezentos e cinquenta e seis reais e dezesseis centavos), em favor da referida empresa;**  
e

**4 - Determina a publicação do ato de ratificação apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, nos termos da Lei n. 14.065, de 30/09/2020, em homenagem ao princípio da publicidade.**

Devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade para continuidade dos procedimentos necessários à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 26/10/2020, às 18:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0611240** e o código CRC **59E4201B**.

0002923-73.2019.6.22.8000

0611240v36

Criado por 004577222313, versão 36 por 004577222313 em 26/10/2020 18:00:21.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002923-73.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria da Comissão de Segurança das Eleições

ASSUNTO: Contratação emergencial – Fornecimento de transporte - veículos tipo ônibus rodoviário convencional -



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DESPACHO Nº 1812 / 2020 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo referente à contratação de pessoa jurídica especializada em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Rondônia, por meio de veículo tipo ônibus, objetivando o transporte de passageiros de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado, Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2020 (evento [0487352](#)).

Mediante o Despacho 1764 ([0611240](#)) esta Diretora-Geral autorizou a contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa **DESTAK Transportes e Turismo Ltda.** - CNPJ: 17.983.124/0001-37, com amparo no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, em virtude da desistência da empresa VOA BRASIL VIAGENS E TURISMO EIRELI, conforme justificativa constante nos item 3.1 a 3.9 do PB juntado ao evento n. [0607444](#), bem como adjudicou o objeto à referida empresa.

Ocorre que expedida a Nota de Empenho 2020NE000952 ([0613439](#)), já na fase de assinatura da Carta-contrato, a adjudicatária, via e-mail (evento [0613610](#)), informou que não se atentou para a quantidade de veículos descrita no item 1 da Cotação de Preços n. 07/2020/SLC ([0603942](#)) e apresentou em sua proposta o valor de R\$ 6.223,36 (seis mil duzentos e vinte e três reais e trinta e seis centavos) referente ao fretamento de apenas um veículo. Alega que não será possível prestar o serviço pelo valor cotado e solicita reconsideração.

Na sequência, veio aos autos novo Projeto Básico ([0613891](#)), no qual consta somente alteração do valor da proposta apresentada pela empresa DESTAK TRANSPORTES E TURISMO LTDA para o item 01. Veio, ainda, aos autos a Informação n. 23/2020/PRES/DG/COSE dando conta que a empresa supracitada foi a única habilitada a contratar com a Administração Pública, sagrando-se vencedora de todos os itens constantes da Cotação de Preços n. 07/2020/SLC.

Aduz que o erro é escusável, e a celebração do contrato nestes termos sujeitaria a empresa a arcar com prejuízo e ensejaria locupletamento indevido por parte desta Administração. Além disso, se a empresa se recusasse, ainda assim, não haveria tempo hábil para nova contratação emergencial, levando-se em conta a proximidade da data da execução do contrato.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por sua parte, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do Projeto Básico n. 05/2020 ([0613891](#)); pela dispensa de análise do novo projeto básico e de parecer jurídico; pelo encaminhamento à COFC para complementar a Nota de Empenho no valor de R\$ 6.223,36 e ajuste do valor na minuta de Carta-contrato, pela SECONT. Por fim, encaminhou o feito para deliberação desta Diretora-Geral ([0614673](#)).

Com efeito, verifica-se que o valor apresentado para o item 1 da Cotação de Preços n. 07/2020/SLC, pela empresa **DESTAK - Transporte e Turismo Ltda. – ME**, comparado com as demais propostas, pode ser considerado manifestamente inexequível, bem como que se tratou de erro material, conforme admitido pela própria Adjudicatária.

Assim, considerando que mesmo depois de realizada a retificação em sua proposta, a empresa DESTAK - Transporte e Turismo Ltda. – ME permaneceu vencedora com o menor preço ofertado e, partindo da premissa de que a Administração pode revogar seus atos por motivo de conveniência ou oportunidade, esta Diretora-Geral acolhe a justificativa apresentada pela empresa participante, assim como o constante da Informação n. 23/2020 - **PRES/DG/COSE** e revoga parcialmente o Despacho 1764 ([0611240](#)), para, com fundamento no inciso I da Portaria n. 66/2018, **RATIFICAR** a dispensa apontada pela AJDG e reconhecida pela SAOFC e, por consequência:

**a) autorizar a despesa e a contratação**, de forma direta, **por dispensa de licitação**, com fulcro no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, da empresa **DESTAK Transportes e Turismo Ltda. - CNPJ: 17.983.124/0001-37**;

**b) autorizar a complementação da Nota de Empenho n. 2020NE000952 ([0613439](#))**, no valor de R\$ 6.223,36 (seis mil duzentos e vinte e três reais e trinta e seis centavos);

**c) adjudicar o objeto à empresa DESTAK Transportes e Turismo Ltda. - CNPJ: 17.983.124/0001-37 e autorizar a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 33.579,52 (trinta e três mil quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos)**, em favor da referida empresa;

**d) determinar a publicação do ato de ratificação apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE**, nos termos da Lei n. 14.065, de 30/09/2020, em homenagem ao princípio da publicidade; e

**e) ratificar os demais atos constantes do Despacho 1764/2020/PRES/DG/GABDG.**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cabe registrar que o Projeto Básico n. 4 ([0607444](#)) já se encontra aprovado por esta Diretora-Geral (Despacho n. 1764/2020 - evento [0611240](#)), tratando o Projeto Básico 5 ([0613891](#)) apenas de correção do valor da proposta apresentada pela empresa **DESTAK Transportes e Turismo Ltda.**, para o Item 1.

Devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade para continuidade dos procedimentos necessários à contratação pretendida, notadamente alteração da Cláusula Sétima da minuta de carta-contrato ([0608114](#)), no tocante ao valor da contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 31/10/2020, às 12:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0614679** e o código CRC **D07109EB**.

0002923-73.2019.6.22.8000

0614679v43

Criado por 004577222313, versão 43 por 004577222313 em 31/10/2020 12:31:28.